

# Cabral vai aceitar as sugestões dos grupos e 'limpar texto' do projeto

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que há quatro grupos em busca de um texto de consenso para seu projeto e que irá acolher todas as sugestões na nova redação, para então 'limpar o texto' na sua forma final.

— O resultado desses trabalhos será analisado por mim e figurará no meu segundo substitutivo. O que as pessoas parecem não se dar conta é de que eu não poderia realizar todo esse trabalho sozinho.

O Relator atribuiu as críticas a seu anteprojeto ao desconhecimento da técnica legislativa:

— Meu trabalho, até o momento, foi receber e acatar emendas. Depois, sim, vou tratar de limpar o texto definitivo que será votado.

Os quatro grupos mencionados por Cabral são o de relatores adjuntos, liderado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP); o "Grupo dos 32", que tem à frente o Senador José Richa (PMDB-PR); o "Grupo Interpartidário de Consenso", encabeçado pelo Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e o "Centro Democrático", sob a coordenação do Deputado Expedido Machado (PMDB-CE).

O Deputado disse que as críticas construtivas serão bem vindas, mas as que procuram atingir a pessoa do Relator devem ser repudiadas.

— A maior parte das críticas vem daqueles que querem fazer média política ou garantir o emprego — acusou Cabral, muito irritado com



O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, abraça Bernardo Cabral

as diversas notícias e editoriais da imprensa sobre seu trabalho.

Cabral foi à tribuna da Constituinte para esclarecer as controvérsias sobre sua proposta de anistia. Reiterou que não fez qualquer tipo de acordo com os setores militares ou qualquer facção interessada.

— Não cedi e não traí qualquer acordo feito com o Ministro do Exército sobre a anistia. Até porque nunca recebi solicitação do Ministro ou de qualquer outro com esse objetivo,

uma vez que sempre tive o privilégio de manter a independência do Poder que tenho a honra de integrar — afirmou.

O Relator desafiou qualquer pessoa a provar o contrário e assumiu inteira responsabilidade pela versão que adotou. Disse ainda que a alteração da redação anterior sobre o papel das Forças Armadas, que também assume, foi uma adaptação da proposta da antiga Comissão Afonso Arinos.

## Líderes partidários promovem desagravo ao Relator

BRASÍLIA — Do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao Líder do PSB no Senado, Jamil Haddad, todas as lideranças políticas fizeram ontem demonstrações de desagravo ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, pelas reiteradas críticas que vêm sendo feitas a ele e ao anteprojeto que apresentou à Assembleia.

Ulysses Guimarães encontrou-se com Cabral no Salão Verde da Câmara dos Deputados e, diante dos jornalistas, abraçou o relator e declarou:

— Estou solidário com você. Meu abraço e meus respeitos. Dou meu testemunho do temperamento democrático de Cabral, que nunca procurou impor à Constituinte as suas próprias idéias.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso — um dos relatores-adjuntos de Cabral — foi à Tribuna em defesa do relator. Seu discurso foi aparteado pelos líderes de todos os partidos, transformando a sessão ordinária do Senado em uma verdadeira homenagem ao trabalho e à pessoa de Bernardo Cabral.

O aspecto enfocado por Fernando Henrique foi a questão da anistia. O Líder afirmou ser testemunha da

isenção com que Cabral tratou a matéria. Disse que não tem procedência os relatos sobre advertências que tivesse feito a Cabral sobre a proposta e que a sua única ponderação foi quanto à destinação constitucional das Forças Armadas. E ainda assim, segundo Fernando Henrique, ele opinou sobre a forma de colocar a proposta e não sobre o seu mérito.

A respeito dos comentários atribuídos ao Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sobre a anistia, disse Fernando Henrique:

— Particpei da reunião e em momento algum o Ministro fez qualquer referência desrespeitosa sobre o trabalho do Relator. Poucos estiveram tão próximos a Cabral quanto eu nestes últimos dias e afirmo que não houve desvios do Relator ao tratar desse tema.

Fernando Henrique disse que, neste momento da Constituinte todos têm não só o direito, mas o dever de falar. E que a opinião de cada um será acatada, "do Ministro ao Bispo".

— A decisão final da Constituinte — prosseguiu — será tomada a partir da consciência de cada um. O que não se pode aceitar são as pressões que se fazem sobre a Constituinte. Elas só passam a existir no momento em que o constituinte as aceita. E,

posso garantir, Cabral não cedeu.

O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, falou em nome do partido. Disse que também participou da reunião ministerial na qual o Ministro do Exército fez reparos à proposta de anistia e afirmou que todas as intervenções de Leônidas foram quanto às despesas que a fórmula prevista no anteprojeto acarretará para a União. Chiarelli disse que seu partido diverge do anteprojeto atual em vários pontos, mas que defende o direito de Cabral continuar o trabalho em busca do consenso.

O Senador Itamar Franco, falando em nome do PL, advertiu que de agora até o final da Constituinte será preciso que todos tomem muito cuidado com as pressões externas:

— Cabral não tem que ser desagravado. Temos é que nos acostumar com essas vozes saudosistas. Se a Constituinte é soberana, e o é, precisamos, daqui para frente, filtrar cuidadosamente todos os recados que chegarão até nós, afirmou.

Falaram ainda em defesa de Cabral dois de seus relatores-adjuntos, Maurício Correia (PDT-DF) e José Inácio Ferreira (PMDB-ES), além dos Senadores Mauro Benevides (PMDB-CE), Divaldo Suruagy (PFL-AL), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Pompeu de Souza (PMDB-DF).

## Três versões para mudar o sistema

BRASÍLIA — Em três momentos diferentes, o Relator Bernardo Cabral deu ontem três versões possíveis para o sistema de Governo que pretende adotar em seu segundo anteprojeto: o parlamentarismo como está no texto atual, o presidencialismo mitigado proposto pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS) e, finalmente, a fórmula que for do agrado do Senador Afonso Arinos. A única definição do Relator foi quanto ao mandato: ele não vai fixar, no segundo texto, a data para a implantação do novo sistema.

Quando deixou a tribuna, após responder às críticas ao seu primeiro anteprojeto, ele afirmou:

— Até por uma questão de coerência, o sistema de Governo que eu vou propor será o parlamentarista, até mesmo porque acolhi no primeiro substitutivo a emenda oferecida pelo Senador Afonso Arinos.

Uma hora depois, ao deixar a sessão do Senado, onde ouviu discursos de desagravo à sua pessoa, Cabral disse aos jornalistas que o parlamentarismo viria aperfeiçoado, mais adequado à realidade do País:

— Existe uma inclinação para adotarmos a fórmula idealizada pelo Senador Fogaça, que se aproxima mais de um presidencialismo mitigado.

Indagado se abandonaria então a Emenda Arinos, respondeu:

— O Senador Afonso Arinos está participando das negociações neste sentido.

Mais tarde, ao sair do gabinete de Ulysses Guimarães, o Relator deu a terceira versão:

— Vou adotar a fórmula que tiver o apoio de Arinos. Mas o parlamentarismo será mantido.

## Ignorância

UMA PESQUISA do Instituto

Gallup em 20 Estados indica que 32 por cento dos entrevistados jamais ouviram falar em presidencialismo ou parlamentarismo.

A TOTAL ignorância sobre o sistema de governo adotado no País e sua praticamente exclusiva alternativa deve ser debitada aos partidos políticos.

NEM EM SEUS programas nem nos temas que levaram ao debate popular nas últimas eleições, os partidos se definiram por um sistema de governo. Na verdade, uma boa parte dos eleitos para a Constituinte acompanha seus eleitores na falta de informação sobre o tema.

NÃO É de estranhar que o ambiente na Assembleia esteja poluído por fórmulas casuísticas e artificiais, apresentadas ou apoiadas por representantes que não se sentem obrigados, nesse capítulo, a prestar contas a seus representados.

## Emendas populares têm poucos ouvintes

BRASÍLIA — O fato de serem apoiadas por 13 milhões de eleitores não aumentou o alcance das emendas populares. Elas vêm sendo defendidas há cinco dias, diante de um plenário vazio e sem pesar na discussão dos temas polêmicos. Limita-se, assim, a idéia de grande participação popular direta na Constituinte, até então apontada como principal inovação do processo.

Nem mesmo os defensores das emendas esperam resultados concretos, como constatou Moema Viezzer, primeira expositora a ocupar a Tribuna, na defesa dos direitos da mulher. Ela foi ouvida por dez constituintes, na quarta-feira passada. As defesas feitas mais tarde, por volta das 23 horas, soam no vazio, sem concordância ou discordância de

quem quer que seja.

Das 122 emendas apresentadas, apenas 83 foram aceitas e convidadas à defesa. As demais não cumpriram os requisitos regimentais: não atingiram 30 mil assinaturas ou foram preenchidas erradamente.

Coube à CNBB encabeçar a emenda com maior número de eleitores, com 750.077 assinaturas. É uma proposta fixando parâmetros para a educação nacional.

Há, ainda, emendas totalmente discordantes, como a da Associação dos Produtores de Teatro de São Paulo, pelo fim total da censura, e a encaminhada pela Associação Nacional dos Censores Federais, pedindo a manutenção da censura, subscrita por 67.136 eleitores.